

Como o Congresso se move sob baixa aprovação popular



» **EVELYN APOLINARIA**, MARIA LETÍCIA WENDT, YSADORA MONTEIRO E ADRIÁN ALBALA
Membros do Observatório do Congresso/UnB

A movimentação da última semana no Congresso Nacional ocorreu em um momento em que pesquisas como a Quaest, divulgada em julho de 2025, apontam um padrão persistente de desaprovação da população em relação ao Poder Legislativo, hoje em torno de 51%. Mesmo sob esse cenário de baixa confiança, o Parlamento viveu dias de intensa atividade em pautas polêmicas: a Câmara avançou no PL da Dosimetria, deliberou o novo Plano Nacional de Educação (PNE) em comissão especial e pautou dois processos disciplinares envolvendo parlamentares de espectros ideológicos opostos: Carla Zambelli (PL-SP) e Glauber Braga (PSOL-RJ). O contraste entre a atividade legislativa e a avaliação negativa pela opinião pública compõe o pano de fundo para compreender o cenário político da semana e as tendências para essa reta final de legislatura.

Ao observar mais de perto os processos disciplinares pautados nesta semana, os desfechos ajudam a iluminar as tensões internas do Parlamento: Carla Zambelli saiu ilesa, sem qualquer sanção, enquanto o plenário aprovou a suspensão de seis meses de Glauber Braga. Embora nenhuma cassação tenha sido aplicada, a simultaneidade das pautas evidenciou o funcionamento desigual do sistema disciplinar da

Câmara, frequentemente interpretado, como aponta a ciência política, à luz da polarização e da hierarquização de posições de poder no interior das Casas, além das reservas explicitadas por lideranças como Hugo Motta e Arthur Lira em relação ao deputado do PSOL. O simbolismo da semana, portanto, não reside apenas nas sanções em si, mas na percepção pública de seletividade e corporativismo no processo decisório.

Essa leitura reforça-se quando se observa a aprovação do PL da Dosimetria, que permite o cumprimento concorrente das condenações relacionadas ao 8 de Janeiro e pode reduzir significativamente a pena do ex-presidente Jair Bolsonaro: a proposta avançou sem apoio do governo, em timing politicamente desfavorável (próximo ao anúncio de Flávio Bolsonaro como pré-candidato à Presidência) e sob forte sensibilidade à conjuntura jurídica e eleitoral. Mesmo com articulações entre o relator e o presidente da Câmara envolvendo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para conferir racionalidade técnica ao texto e afastá-lo da retórica explícita da anistia, a votação transmitiu a imagem de um Parlamento operando sob pressões cruzadas e desconectado das prioridades percebidas pela sociedade.

Apesar desses avanços na Câmara dos Deputados, o Senado passou a operar como instância de contenção. Ou seja, o desfecho dessa trama depende fundamentalmente da forma como o Senado decidirá conduzir o debate e, de modo ainda mais decisivo, de como o Supremo responderá aos próximos passos. Assim, a discussão sobre a dosimetria deve ser interpretada como uma etapa inicial na recomposição das coalizões que estruturam o sistema político.

A rejeição da população ao Congresso é transversal ao espectro político da opinião pública, mas por

motivos distintos: setores da direita enxergam a Casa como distante de suas pautas e excessivamente alinhada ao Executivo e ao Judiciário; setores da esquerda criticam concessões feitas a figuras do bolsonarismo, a falta de firmeza em mecanismos de responsabilização e a instabilidade das agendas sociais. Nas mídias, famosos, políticos e acadêmicos repostam a frase “Congresso inimigo do povo”, um símbolo desse desgaste entre o eleitorado e seus representantes.

Essa complexidade é reconhecida pelo Palácio do Planalto. Em evento recente, o presidente Lula admitiu governar com “um Congresso totalmente adverso”, mas ressaltou que a “correlação de forças” ainda permite avanços institucionais via negociação. A soma dessas percepções reforça o diagnóstico de um Legislativo hiperativo, porém com dificuldade de traduzir sua produção em legitimidade perante os eleitores.

O desafio dos próximos meses será transformar esse ritmo acelerado em uma produtividade legítima aos olhos da sociedade, sob risco de que a sucessão de pautas sensíveis continue alimentando um ciclo de desgaste institucional e ceticismo da população. A urgência dessa legitimidade acentua-se conforme o calendário avança. Segundo Lula, o clima já é de campanha, e 2026 será “o ano da verdade”, no qual a avaliação da opinião pública dependerá menos de disputas ideológicas e mais do impacto real na vida das pessoas nas agendas de saúde, renda, educação e, sobretudo, segurança pública, que, segundo a Quaest, é apontada como o principal problema o país, por 38% da população. Resta saber se o Congresso conseguirá alinhar sua pauta a essa métrica de resultados concretos ou se permanecerá imerso em nas próprias batalhas internas.

A COP30 e o legado da indústria



» **LUIZ CÉSIO CAETANO**
Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A Conferência das Partes, mais conhecida como COP, teve sua trigésima edição anual realizada recentemente em Belém do Pará. Foi um marco histórico. Não foram poucas as reflexões sobre o texto final, como as que apontaram a ausência de ações para a redução de combustíveis fósseis. Mas fica cada vez mais claro que a agenda climática é hoje o centro de gravidade para o desenvolvimento sustentável, indo muito além da gestão do carbono. E isso recomenda um olhar para o legado da indústria.

A Iniciativa Empresarial Sustentável, ou Sustainable Business COP (SB COP), é uma aliança global criada durante a COP29, em 2024, no Azerbaijão. Liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), é formada por empresas, instituições e parceiros estratégicos de todo o mundo. Um de seus objetivos é acelerar o alcance das metas climáticas. A SB COP participou ativamente da COP30 e estará também nas próximas conferências.

A atuação da SB COP está estruturada em oito grupos de trabalho — entre eles, Transição Energética, Economia Circular e Materiais e Bioeconomia —, que refletem a diversidade de ações da indústria com impacto direto nas agendas de competitividade e de sustentabilidade. A SB COP mobilizou mais de 40 milhões de empresas em 60 países. E reuniu mais de 600 casos de sucesso empresariais para comprovar a viabilidade de soluções sustentáveis desenvolvidas pelo setor privado.

O resultado da articulação dos oito grupos de trabalho durante a COP30 foi consolidado no Legacy Report, que traduziu os desafios globais em recomendações específicas e prioridades para o Brasil. Foi, aliás, entregue em mãos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das conclusões foi a de que transformar a Amazônia em um motor do desenvolvimento sustentável do Brasil pode acrescentar R\$ 40 bilhões ao PIB, criar 312 mil empregos e conservar 81 milhões de hectares de floresta.

Fazendo um paralelo, em um dos eventos pré-COP30 que realizou, no Rio, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) anunciou ter identificado um enorme potencial da silvicultura econômica no estado, de quase um milhão de empregos diretos, considerando o plantio e as instalações industriais nos próximos cinco anos. Isso representaria um incremento de quase um ponto percentual no PIB fluminense no mesmo período e um aumento superior a R\$ 400 milhões anuais na arrecadação de impostos estaduais e municipais. Há, também, um enorme potencial de geração de créditos de carbono.

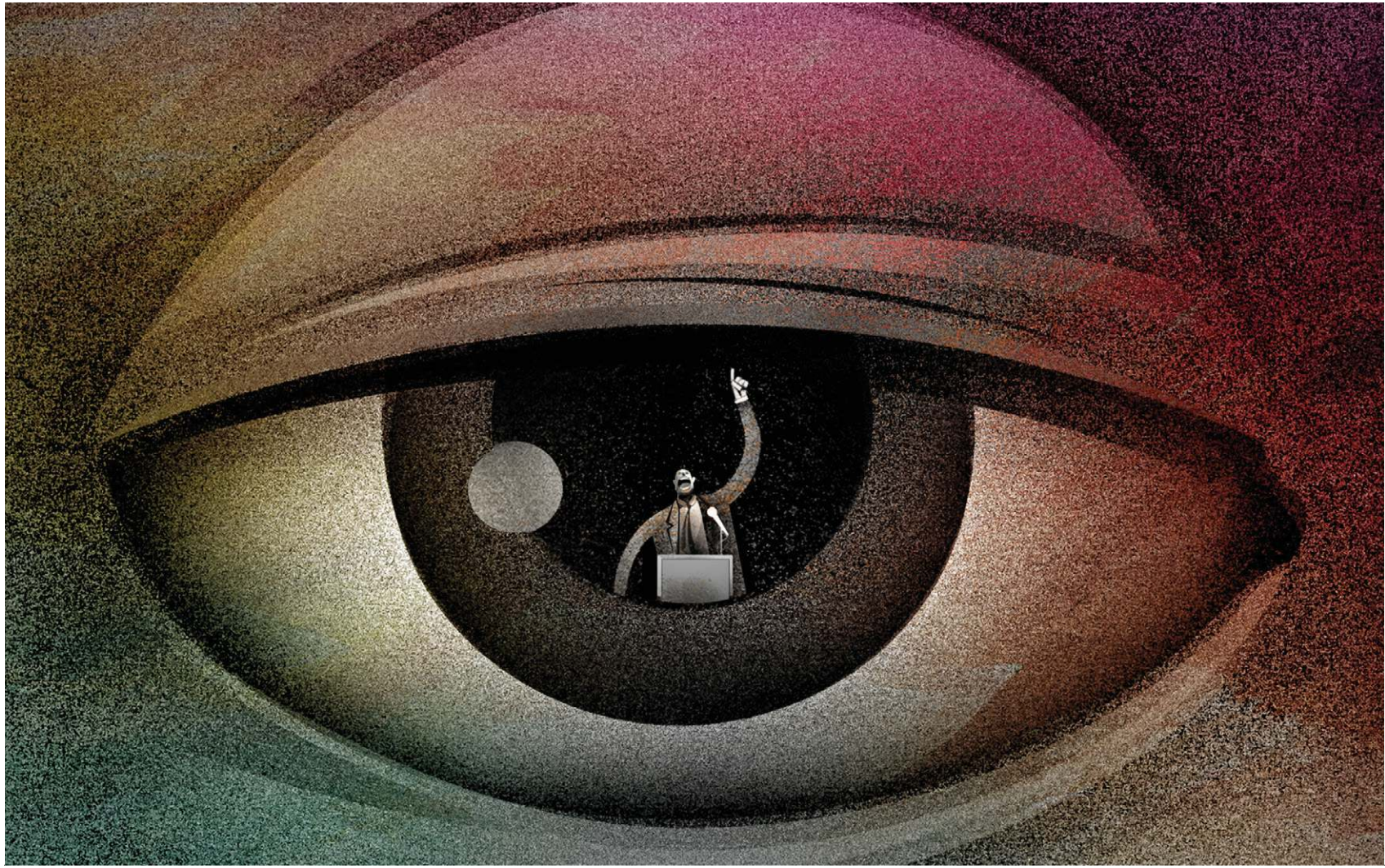
O fato é: não existe contradição entre a atividade industrial e o desenvolvimento sustentável. Mais do que uma boa prática, a agenda de sustentabilidade é estratégica para o setor. No Brasil a redução da dependência de fontes fósseis e o uso maior das renováveis já estão em andamento. Investimentos da indústria transformaram a matriz elétrica brasileira em uma das mais limpas do mundo, formada em quase 90% por fontes renováveis. É um verdadeiro sonho de consumo dos países mais desenvolvidos — para daqui a 30 anos.

Esse movimento da indústria também envolve qualificação profissional. Entre 2020 e 2024, a Firjan Senai formou mais de 40 mil profissionais em áreas como energia e sistemas renováveis. A qualificação profissional é que vai tornar a transição energética uma realidade, não apenas um slogan. Ao mesmo tempo, a indústria está mergulhando em inovação. Os Institutos de Tecnologia da Firjan Senai já aplicam inteligência artificial (IA) para prever falhas e internet das coisas para monitorar consumo em tempo real. É a indústria 4.0 a serviço da energia limpa.

Voltando ao legado da COP30, não seria possível ter respostas para todos os desafios da agenda climática. As COPs não são um espaço de implementação, mas de negociação, envolvendo 192 partes. É onde se constroem consensos que depois se convertem em políticas públicas, programas e ações concretas.

Por outro lado, espera-se que as discussões realizadas em Belém inspirem políticas públicas que reconheçam efetivamente a enorme importância da agenda climática. Precisamos que as boas práticas empresariais sejam reconhecidas e valorizadas e que essas políticas ofereçam mais espaços para contribuições de todos os atores envolvidos, sejam eles representantes do setor privado, do terceiro setor e da sociedade civil organizada.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



O que teria sido diferente se a escola estivesse lá?



» **RENATO CASAGRANDE**
Doutor em educação pela Universidade de Aveiro (Portugal), mestre em administração pela FGV e pesquisador em liderança educacional

A pesquisa Raio-X da Vida Real, realizada pelo Instituto Data Favela e divulgada recentemente, ouviu 3.954 pessoas envolvidas com o tráfico de drogas em favelas de 23 estados brasileiros e trouxe uma pergunta simples, mas devastadora: “Olhando para trás na sua vida, o que você teria feito de diferente?” A resposta mais comum, dada por 41% dos entrevistados, foi que teriam estudado ou se formado. Diante desse dado, eu me peguei refletindo sobre como tantas trajetórias são moldadas pela ausência justamente daquilo que deveria ser a porta de entrada para um futuro possível.

A pesquisa também revela que metade dessas pessoas não chegou ao ensino médio. Não estamos falando de uma escolha arbitrária, de desinteresse ou rebeldia juvenil. Estamos falando do retrato de um país que falha onde mais deveria acertar: no acesso à educação e na construção de oportunidades reais. E, quando esse acesso não existe, a consequência aparece do jeito mais cruel: nas estatísticas

da violência, da vulnerabilidade, das vidas interrompidas cedo demais.

Outro ponto que me chamou atenção foi o interesse dos entrevistados pelos cursos superiores: 18% escolheriam direito; 13%, administração; 11%, medicina ou enfermagem; outros 11%, engenharia ou arquitetura; e 7% optariam por jornalismo ou publicidade. Esses números escancaram algo que teima em ser ignorado: essas pessoas têm sonhos, ambições, curiosidades e imaginam, para si mesmos, carreiras que exigem anos de estudo e dedicação. O que faltou não foi a vontade, foi o caminho.

De acordo com o levantamento, entre seis ou sete em cada 10 desses indivíduos não conseguem ultrapassar dois salários mínimos de renda mensal. E isso não acontece por acaso. A falta de acesso à educação de qualidade, somada à ausência de uma porta de entrada digna no mercado de trabalho, empurra muitos para o tráfico como única forma de sobrevivência possível.

O que considero essencial e que deveria estar no centro de qualquer debate sério sobre segurança pública é que o investimento em educação de qualidade é a estratégia mais efetiva e sustentável no combate ao crime. Educação não é discurso vazio. É escudo social. É prevenção. É o que abre horizontes, fortalece autoestima, ensina ética, abre caminhos profissionais e constrói pertencimento. Não é apenas sobre aprender matemática ou português, mas sobre existir num espaço seguro que acolha, proteja e ofereça perspectivas.

Há evidências concretas disso. Um estudo da Universidade de São Paulo (USP) e do Insper mostra que

escolas de tempo integral podem reduzir em até 50% as taxas de homicídio de homens jovens. Metade. Não se trata de um número pequeno, nem de algo que possa ser tratado como detalhe. Onde há escola estruturada, o crime perde espaço.

Enquanto eu refletia sobre tudo isso, me peguei voltando àquela pergunta inicial: “O que você teria feito de diferente?” Para muitos dos entrevistados, a resposta foi estudar. E, para mim, essa resposta dói justamente porque mostra que a maioria nunca teve a chance real de escolher. É fácil apontar o dedo para quem errou; difícil é olhar para o sistema que os empurra para os mesmos erros há décadas.

Não existe transformação social séria sem educação. Não existe redução consistente da violência sem escola funcionando bem, sem professores valorizados, sem estrutura adequada, sem políticas de permanência escolar. E, principalmente, sem a compreensão de que jovens que hoje estão no tráfico não são apenas números em relatórios policiais; são vidas que poderiam ter seguido outro caminho se tivessem tido acesso a ele.

Não podemos continuar naturalizando a falta de oportunidades e, depois, nos espantar com o resultado dela. Se a resposta majoritária à pergunta “O que você teria feito diferente?” é “ter estudado”, então já sabemos exatamente onde estamos falhando e onde precisamos agir com urgência. A educação não resolve tudo, mas sem ela nada se resolve de verdade. É ali que começa o futuro que tantos jovens ainda não puderam alcançar.